



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 008/2015

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 21 de agosto de 2015.

Participantes: Celso Tadeu Pelizer, Maria Isabel Iamarino Pizzi e Márcia de Kátia Franceschini Miquilini.

Às 9:30 horas do dia vinte e um de agosto de dois mil e quinze, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados para reunião ordinária. Dando início aos trabalhos, o secretário agradeceu a presença dos demais Membros e procedeu à leitura da ata da última reunião realizada em 21 de julho de dois mil e quinze e da ordem do dia, que passou a ser objeto de análise pelos presentes. Após lida e analisada foi aprovada por unanimidade. **1) Análise do Panorama do mês de julho de 2015:** Lido, discutido e transcrito na íntegra: "O mês de julho foi pautado pela forte aversão ao risco, com os investidores buscando proteção em um ambiente marcado pela intensidade de eventos negativos, tanto no âmbito interno quanto no externo. De otimista, apenas a notícia de que a Grécia fechou acordo com os credores internacionais. Após a população ir às urnas e rejeitar as propostas feitas pelos credores para resolver a crise financeira do país, o primeiro ministro Alexis Tsipras rendeu-se às exigências dos líderes da zona do euro e assinou um compromisso de acordo para o terceiro pacote de resgate, que mantém o apoio financeiro ao país. Afundada em dívidas, a Grécia se compromete a aumentar impostos, realizar privatizações e reformar o sistema previdenciário. Em contrapartida, receberá uma linha de crédito emergencial de aproximadamente 20 bilhões de euros, e um pacote de socorro que totalizará entre 82 bilhões e 86 bilhões de euros, com carência e prazos mais longos. Entretanto, o que pesou sobre os mercados foram as notícias negativas que trouxeram um movimento de aversão aos ativos de maior risco. A notícia de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a ser alvo de investigação por parte da Procuradoria da República no Distrito Federal fez preço sobre os ativos negociados no mercado. A investigação, por suposto tráfico de influência internacional e no Brasil, decorre da suspeição de que Lula usou sua influência para facilitar negócios da empreiteira Odebrecht com governos estrangeiros onde faz obras financiadas pelo BNDES, principalmente em países da África e da América Latina. Por ser alvo de um procedimento investigativo criminal, o Ministério Público Federal passa a ter prerrogativa de utilizar todas as ferramentas investigativas. A abertura de investigação foi determinada pelo procurador Valtan Timbó Mendes Furtado, que substituiu a procuradora titular do caso, Mirella de Carvalho Aguiar, que estava em férias no início do mês. Em sua defesa, o ex-presidente alegou que o procurador violou os direitos funcionais ao "interferir na apuração preliminar" da procuradora, que ainda não tinha determinado a abertura da investigação, o que não prosperou. Caiu como uma "bomba" a notícia de que o Deputado Federal e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) rompeu relações com o governo. Alegando ser alvo de perseguição por "um bando de alopados do Planalto", Cunha vem sendo alvo de ação persecutória pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O procurador busca obter elementos que permitam sua denúncia no processo da operação Lava-Jato. A decisão é pessoal, mas já solicitou ao partido (PMDB) que o siga, juntando-se aos oposicionistas. Nem bem oficializou o



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 008/2015

rompimento, Cunha já iniciou o processo de retaliação: anunciou a criação de duas CPI's, do BNDES e dos fundos de Pensão, que estavam engavetadas, além de encaminhar ofício ao deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) para que refizesse, em 10 dias, seu pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, por erro de formatação da exordial. Com o mercado ainda digerindo a decisão do Deputado Federal Eduardo Cunha, veio a principal notícia do mês que decretou o viés negativo que permeava o mercado: o anúncio pela equipe econômica de diminuir a meta da economia para pagar os juros da dívida – o chamado superávit primário. O governo decidiu cortar na carne ao anunciar redução da meta do superávit primário deste ano para R\$ 8,7 bilhões, ou 0,15% do PIB, ante R\$ 66,3 bilhões, ou 1,1% do PIB, devido à frustração da receita em meio a um cenário de contração econômica. As metas para 2016 e 2017 foram reduzidas para 0,7% e 1,3% do PIB, respectivamente, ante meta anterior de 2%. Apesar do realismo e transparência, a decisão não foi bem recebida pelo mercado financeiro e deve alimentar apostas nas mesas de operação de que as agências classificadoras de riscos Fitch e Moody's podem, além de rebaixar o rating brasileiro para o último degrau do grau de investimento, colocar a nota brasileira em perspectiva negativa. Na esteira desta notícia, a agência classificadora de riscos Standard & Poor's anunciou que manteve a nota de crédito do Brasil em "BBB-", mas alterou a perspectiva da nota de "estável" para "negativa". Com a revisão para baixo, o país ficou no último degrau antes de passar para o grau especulativo e perder o cobiçado selo de "bom pagador". A agência avalia que o país vai demorar mais que o esperado para voltar a uma trajetória de crescimento firme, e que há mais de 30% de chances de o ajuste econômico sofrer novo desliz. Destacou ainda que o país enfrenta desafios políticos e econômicos, apesar de uma correção significativa das políticas durante o segundo mandato da presidente Dilma. Em um movimento amplamente esperado pelo mercado, o FOMC (Comitê Federal de Mercado Aberto) manteve a taxa de juro básica de curto prazo próxima de zero, por decisão unânime. Os integrantes do comitê avaliaram, ao fim da reunião de dois dias, que a economia e o mercado de trabalho continuam se fortalecendo, com sólidos ganhos no emprego e declínio no desemprego. Apesar de ver progressos no mercado de trabalho, o comitê disse que a taxa de inflação oscila abaixo de seu objetivo de longo prazo. Além disso, o PIB do país cresceu 2,3%. Ainda que abaixo da mediana das projeções de analistas, que era de expansão em 2,5%, o resultado corrobora para a percepção de uma possível alta dos juros na próxima reunião do FOMC, que ocorre em setembro. Por aqui, ocorreu a 192ª reunião do Copom. Em decisão unânime, o comitê decidiu elevar a taxa Selic em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano sem "viés". O comunicado pós reunião sugere que a autoridade monetária encerrou o ciclo de alta de juros. Apesar de a interpretação mais adequada do comunicado pareça ser que o ciclo de alta se encerrou, existe ainda alguma probabilidade de que a taxa Selic seja elevada na próxima reunião. Tal probabilidade é, sem dúvida, bastante menor do que a que existia até então. Fechando o mês, o Banco Central divulgou que o déficit primário das contas públicas atingiu R\$ 45,7 bilhões nos últimos 12 meses terminados em junho. Considerando apenas o mês de junho, União, Estados e Municípios tiveram déficit de R\$ 9,3 bilhões, apurando o maior déficit já registrado em meses de junho desde o início da série histórica, em 2001. Em maio, o resultado negativo foi de R\$ 6,9 bilhões. Os números apresentados refletem o baixo desempenho da atividade econômica, além das dificuldades enfrentadas pelo governo na execução das medidas de recuperação de receitas. **Bolsa** Depois de fechar junho como o melhor investimento entre as aplicações de renda variável, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, encerrou o mês julho na "rabeira" do ranking, ao registrar queda de 4,17%, aos 50.864 pontos. No ano, o índice acumula alta de 1,71%. O giro financeiro médio diário na Bovespa caiu ainda mais no mês, somando R\$ 5,7



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 008/2015

bilhões, o pior resultado desde julho de 2011. O montante representa uma queda de 9,5% ante junho, e de 5% na comparação com o mesmo mês de 2014. O mau desempenho foi reflexo do anúncio do “drástico” corte na meta fiscal, que sinaliza um aprofundamento da crise econômica no país e piora o ambiente de negócios para as empresas brasileiras listadas na bolsa. **Renda Fixa** No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a deterioração nos preços dos papéis nos vértices mais longos também foi motivada pela revisão da meta fiscal. Na curva a termo, os juros dispararam, em meio a um forte volume de contratos negociados. A decisão do Comitê de Política Monetária do Bacen (COPOM) em elevar a taxa básica de juros em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano, não surpreendeu o mercado. O sinal dado pela autoridade monetária no comunicado pós reunião sugere que o ciclo de alta do juro tenha chegado ao fim. Os papéis com vértices mais curtos, que dão lastro aos fundos referenciados DI, Renda Fixa e Multimercados Juros e Moedas, registraram os melhores rendimentos do mês dentre as aplicações de renda fixa mais conservadoras. Essas aplicações são beneficiadas pela alta da taxa de juros, pois os ativos de suas carteiras tendem a acompanhar o comportamento da SELIC, agora estabelecida em 14,25% ao ano. O contrato DI com vencimento para janeiro de 2017 encerrou o mês cotado a 13,43%, enquanto o vencimento para janeiro de 2021 fechou a 12,79%. Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque negativo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. Enquanto a rentabilidade do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTN-B) registrou queda de -4,48% no mês, o retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB) caiu -5,59%. Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou recuo -0,72%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,78%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, desvalorizou -1,80% no mês. Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,28%, enquanto a carteira com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou avanço de 1,21%. Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,51% no mês. Com a SELIC em 14,25% ao ano, a poupança fica ainda menos atrativa em relação às outras aplicações. Isso ocorre porque, enquanto a poupança rende sempre 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando a Selic é superior a 8,5% ao ano, outras aplicações de renda fixa acompanham as altas da taxa. **Câmbio** Em pregão marcado pela volatilidade típica da última sessão do mês, em meio ao acirramento da disputa pelo fechamento da taxa Ptax, o dólar comercial subiu frente ao real e renovou a máxima no ano, fechando acima dos R\$ 3,40. A divulgação de dados fiscais mais fracos que o esperado contribuiu para aumentar a desconfiança com o cumprimento da já modesta meta de superávit primário para este ano, reforçando o temor com a perda do grau de investimento. O dólar comercial subiu 1,57% para R\$ 3,4244, maior patamar desde 20 de março de 2003. Com isso, a moeda americana encerra o mês em alta de 10,16% e sobe 28,90% no ano. O clima de aversão ao risco impulsionou a valorização da divisa. A moeda americana foi pressionada por preocupações com a situação política e fiscal do país, que se deteriorou no mês após o rompimento do Deputado Federal Eduardo Cunha com o governo, e o corte da meta fiscal anunciada pela equipe econômica. A alta também foi sustentada pela leitura de que o Banco Central está confortável com a recente desvalorização do real, ao sinalizar a manutenção do ritmo de rolagem dos swaps cambiais que estão vencendo em setembro. O mercado entende que a autoridade monetária mostra a propensão de intervir menos no câmbio, aumentando as chances de manutenção da moeda neste patamar. **Perspectiva** O mês de agosto traz uma série de fatos que prometem mexer com os mercados ao longo das sessões diárias. A presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 008/2015

Dilma Rousseff terá um mês difícil e decisivo. O TCU (Tribunal de Contas da União) deve concluir o julgamento das contas de 2014 da gestão. O ministro Augusto Nardes, relator do parecer sobre as contas, apontou irregularidades como as "pedaladas fiscais", que seriam manobras para simular uma situação contábil melhor que a real. Tudo indica que o TCU recomendará a rejeição das contas ao congresso, a quem caberá a palavra final sobre o assunto. Nos bastidores, a presidente decidiu recorrer ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para tentar reverter a tendência desfavorável. Opositores querem fazer da eventual reprovação o pontapé inicial para o processo de impeachment da presidente. No TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ações da oposição contra as contas da presidente na campanha eleitoral de 2014 também devem ser julgadas neste mês. O PSDB acusa a campanha petista de abuso de poder político e econômico por ter usado dinheiro proveniente de corrupção, o que tornaria a eleição da petista "ilegítima". O Congresso pode ser outro obstáculo para a presidente. Após a volta do recesso de julho, senadores e deputados federais podem colocar em votação pautas que aumentam os gastos do governo e impor novas derrotas ao Executivo. Na pauta estão projetos que concretizam o chamado ajuste fiscal, como o que reduz as desonerações na folha de pagamento de empresas. A Câmara sinaliza também com o engavetamento da regularização de recursos no exterior não declarados, a chamada repatriação de divisas, uma medida defendida pelo Executivo para elevar a arrecadação. Além das medidas do pacote de ajuste fiscal, outras votações podem resultar em mais gastos. Como é o caso do projeto que amplia a correção do saldo do FGTS. Podem entrar na pauta as PEC's 300, que amplia o salário dos policiais militares em todo o país, e 443, que equipara os salários da AGU (Advocacia Geral da União) e de delegados da Polícia Civil aos do Poder Judiciário. Além disso, movimentos contrários à presidente prometem realizar manifestações no país no dia 16. Não é só a presidente que enfrenta turbulências neste mês. A operação Lava Jato vem respingando em políticos como Eduardo Cunha e pode produzir novos efeitos em agosto. Cunha e o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) correm o risco de serem denunciados nas próximas semanas. Esse conjunto de fatos sugere um posicionamento de cautela na condução dos investimentos para os próximos dias. Neste contexto, recomendamos manter uma carteira posicionada para os vértices mais longos em no máximo 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral). Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A. Na renda variável, mantemos nossa recomendação de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Investimentos neste segmento devem estar direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas." 2) **Análise do demonstrativo do enquadramento na Resolução 3.922/2010 e na Política de Investimento/2015, tendo como base o mês de julho/2015:** apresentado o relatório de enquadramento foi verificado por todos que as aplicações do FMAP estão totalmente enquadradas na Resolução 3.922/2010 e na Política de Investimentos do FMAP, totalizando no referido mês uma carteira de R\$ 61.250.545,34 3) **Relatório da Carteira mês de julho/2015:** apresentado aos presentes a composição da carteira do mês de julho de 2015 para análise quanto a quantidade de cotistas em cada fundo de investimento, o percentual do PL do FMAP aplicado e o saldo. 4) **Resultado das aplicações financeiras após as movimentações – Julho/2015:** apresentado para análise os retornos individuais de cada fundo de investimento da carteira do FMAP. Também foi analisada pelos presentes a rentabilidade do mês de julho de 2015, constatando a meta atuarial (IPCA + 6%) de 1,16 % e a rentabilidade auferida na carteira do FMAP de 0,47%, representando 40,83% da meta atuarial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

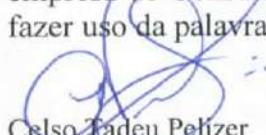
ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

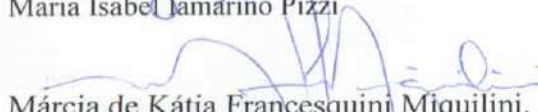
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 008/2015

5) Total do patrimônio líquido do FMAP por instituição financeira e Segmentos: Foi disponibilizado aos presentes o Demonstrativo dos recursos por instituição e segmentos referentes ao mês de julho de 2015, no qual constam o valor de R\$ 51.975.300,84 que representam 84,86% do PL do FMAP aplicados na Caixa Econômica Federal; R\$ 8.294.404,70 que representam 13,54 % do PL do FMAP aplicados no Banco do Brasil S.A.; e R\$ 980.839,80 que representam 1,60% do PL do FMAP aplicados no Bradesco Asset Management; Segmentos em **Renda Fixa** R\$ 58.150.595,69 correspondentes a 94,94% e **Renda Variável** R\$ 3.099.949,65 correspondentes a 5,06%. **6) Credenciamento de Instituições Financeiras (Gestores/Administradores):** Colocados aos presentes que foi concluído, através da ferramenta disponibilizada pela empresa Crédito e Mercado, o credenciamento da Instituição BANCO BRADESCO S/A/ (CNPJ: 60.746.948/0001-12) para receber recursos financeiros do FMAP. Observando o disposto no Artigo 3º Inciso IX, Parágrafo 2 da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 170/12 e 440/13, e considerando os quesitos de análise estabelecidos pelo procedimento de seleção de entidades autorizadas e credenciadas do FMAP, a Instituição Financeira apresentou a seguinte pontuação técnica: Rating de Gestão de Qualidade: 50%, Volumes de Recursos Administrados: 10%, Tempo de Atuação de Mercado: 8%; Avaliação de Aderência dos Fundos: 27%; Critérios de Penalidades: 0%, Total da Pontuação de Quesitos Técnicos: 95,00% - Índice de Gestão de Qualidade RP1. As instituições financeiras (administradoras e gestoras) classificadas neste nível (RP1) apresentam histórico consistente de risco e retorno. São consideradas instituições com elevada credibilidade, tradição em gestão e sólida estrutura organizacional. Contam com eficazes e seguros processos de investimento e de análise de risco, equipes com formação profissional altamente qualificada, elevada experiência e baixa rotatividade. Apresentam, ainda, ambiente de controle interno seguro, capaz de garantir total disponibilidade, integridade, tempestividade e rastreabilidade das informações. No geral, as instituições classificados neste nível são capazes de assegurar o cumprimento do dever fiduciário em sua plenitude, portanto, **APROVADO O CREDENCIAMENTO.** **7) Assuntos Gerais:** Na oportunidade foi discutido a atual carteira do FMAP, deliberando por mantê-la, bem como os novos aportes em fundos com papéis de curto/médio prazo (CDI-IRF-M1/IDKA2/IMAB5), conforme uma das recomendações da empresa de Consultoria de Investimentos. Esgotada a pauta do dia, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a reunião. Nada mais.


Celso Tadeu Pelizer


Maria Isabel Jamarino Pizzi


Márcia de Kátia Franceschini Miquilini.

MATERIAL

DE

*Il presente lavoro è stato
svolto nell'ambito del progetto
"Ricerca e Innovazione" del
Ministero dell'Università e della
Ricerca Scientifica del
Governo Italiano*

APOIO

RELAÇÃO DE ENTIDADES CREDENCIADAS

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (GESTORES / ADMINISTRADORES)

BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁ
(62.375.134/0001-44)

Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 30/4/2014. Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRADOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 2669 expedido em 18/1/1994 pelo (a) CVM.

R 50% Vol - 10 %
Temp 10 An. 27 Pont. 97,00

Data de Atualização: 3/7/2015 X

CAIXA ECONOMICA FEDERAL (00.360.305/0001-04)

Instituição Financeira constituída conforme DECRETO LEI Nº 759/69, e alterações posteriores, emitido em 28/3/2013. Entidade autorizada a exercer a atividade de PRESTAR SERVIÇOS DE ADMINISTRADOR DE CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS, conforme ATO DECLARATORIO de nº 3241 expedido em 4/1/1995 pelo (a) CVM.

Data de Atualização: 16/5/2015 X

BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (30.822.936/0001-69)

Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 28/12/2011. Entidade autorizada a exercer a atividade de PRESTAR SERVIDOS DE ADMINISTRADOR DE CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS, conforme ATO DECLARATORIO de nº 1481 expedido em 13/8/1990 pelo (a) CVM.

Data de Atualização: 16/5/2015 X

RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA (03.864.607/0001-08)

Instituição Financeira constituída conforme CONTRATO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 26/9/2014. Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRADOR DE CARTEIRAS, DISTRIBUIDOR DE FUNDOS, conforme ATO DECLARATORIO de nº 6051 expedido em 27/7/2000 pelo (a) CVM.

50 10 10 12 0,0 82,00

Data de Atualização: 21/7/2015 X

BANCO BRADESCO S.A. (60.746.948/0001-12)

Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 10/3/2015. Entidade autorizada a exercer a atividade de ATIVIDADE DE ADMINISTRADOR/DISTRIBUIDOR, conforme ATO DECLARATORIO de nº 8948 expedido em 1/9/2006 pelo (a) CVM.

50 - 30 - 8 - 27 95

Data de Atualização: 21/8/2015

CADASTRAMENTO DE DISTRIBUIDORES E AGENTES AUTÔNOMOS

- ÚLTIMA ATA
- PANORAMA Junho/55
- ENQUADRAMENTO
- CANTEINA FMAP
- APLICAÇÕES INSTITUCIONAIS
- RESUMO = 0 MES - 0,47 %
ATRASO - 40,83 %
META - 1,16 %

→ APOSENTES / CANTEINA FMAP

MANTER OK
APOSENTES - CUNTO MÉDIO } PRAZO

PANORAMA – JULHO / 2015

O mês de julho foi pautado pela forte aversão ao risco, com os investidores buscando proteção em um ambiente marcado pela intensidade de eventos negativos, tanto no âmbito interno quanto no externo.

De otimista, apenas a notícia de que a Grécia fechou acordo com os credores internacionais. Após a população ir às urnas e rejeitar as propostas feitas pelos credores para resolver a crise financeira do país, o primeiro ministro Alexis Tsipras rendeu-se às exigências dos líderes da zona do euro e assinou um compromisso de acordo para o terceiro pacote de resgate, que mantém o apoio financeiro ao país. Afundada em dívidas, a Grécia se compromete a aumentar impostos, realizar privatizações e reformar o sistema previdenciário. Em contrapartida, receberá uma linha de crédito emergencial de aproximadamente 20 bilhões de euros, e um pacote de socorro que totalizará entre 82 bilhões e 86 bilhões de euros, com carência e prazos mais longos.

Entretanto, o que pesou sobre os mercados foram as notícias negativas que trouxeram um movimento de aversão aos ativos de maior risco.

A notícia de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a ser alvo de investigação por parte da Procuradoria da República no Distrito Federal fez preço sobre os ativos negociados no mercado. A investigação, por suposto tráfico de influência internacional e no Brasil, decorre da suspeição de que Lula usou sua influência para facilitar negócios da empreiteira Odebrecht com governos estrangeiros onde faz obras financiadas pelo BNDES, principalmente em países da África e da América Latina. Por ser alvo de um procedimento investigativo criminal, o Ministério Público Federal passa a ter prerrogativa de utilizar todas as ferramentas investigativas. A abertura de investigação foi determinada pelo procurador Valtan Timbó Mendes Furtado, que substituiu a procuradora titular do caso, Mirella de Carvalho Aguiar, que estava em férias no início do mês. Em sua defesa, o ex-presidente alegou que o procurador violou os direitos funcionais ao “interferir na apuração preliminar” da procuradora, que ainda não tinha determinado a abertura da investigação, o que não prosperou.

Caiu como uma “bomba” a notícia de que o Deputado Federal e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) rompeu relações com o governo. Alegando ser alvo de perseguição por “um bando de aloprados do Planalto”, Cunha vem sendo alvo de ação persecutória pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O procurador busca obter elementos que permitam sua denúncia no processo da operação Lava-Jato. A decisão é pessoal, mas já solicitou ao partido (PMDB) que o siga, juntando-se aos oposicionistas. Nem bem oficializou o rompimento, Cunha já iniciou o processo de retaliação: anunciou a criação de duas CPI’s, do BNDES e dos fundos de Pensão, que estavam engavetadas, além de encaminhar ofício ao deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) para que refizesse, em 10 dias, seu pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, por erro de formatação da exordial.

Com o mercado ainda digerindo a decisão do Deputado Federal Eduardo Cunha, veio a principal notícia do mês que decretou o viés negativo que permeava o mercado: o anúncio pela equipe econômica de diminuir a meta da economia para pagar os juros da dívida – o chamado superávit primário.

O governo decidiu cortar na carne ao anunciar redução da meta do superávit primário deste ano para R\$ 8,7 bilhões, ou 0,15% do PIB, ante R\$ 66,3 bilhões, ou 1,1% do PIB, devido à frustração da receita em meio a um cenário de contração econômica. As metas para 2016 e 2017 foram reduzidas para 0,7% e 1,3% do PIB, respectivamente, ante meta anterior de 2%.

Apesar do realismo e transparência, a decisão não foi bem recebida pelo mercado financeiro e deve alimentar apostas nas mesas de operação de que as agências classificadoras de riscos Fitch e Moody's podem, além de rebaixar o rating brasileiro para o último degrau do grau de investimento, colocar a nota brasileira em perspectiva negativa.

Na esteira desta notícia, a agência classificadora de riscos Standard & Poor's anunciou que manteve a nota de crédito do Brasil em "BBB-", mas alterou a perspectiva da nota de "estável" para "negativa". Com a revisão para baixo, o país ficou no último degrau antes de passar para o grau especulativo e perder o cobiçado selo de "bom pagador". A agência avalia que o país vai demorar mais que o esperado para voltar a uma trajetória de crescimento firme, e que há mais de 30% de chances de o ajuste econômico sofrer novo deslize. Destacou ainda que o país enfrenta desafios políticos e econômicos, apesar de uma correção significativa das políticas durante o segundo mandato da presidente Dilma.

Em um movimento amplamente esperado pelo mercado, o FOMC (Comitê Federal de Mercado Aberto) manteve a taxa de juro básica de curto prazo próxima de zero, por decisão unânime. Os integrantes do comitê avaliaram, ao fim da reunião de dois dias, que a economia e o mercado de trabalho continuam se fortalecendo, com sólidos ganhos no emprego e declínio no desemprego. Apesar de ver progressos no mercado de trabalho, o comitê disse que a taxa de inflação oscila abaixo de seu objetivo de longo prazo. Além disso, o PIB do país cresceu 2,3%. Ainda que abaixo da mediana das projeções de analistas, que era de expansão em 2,5%, o resultado corrobora para a percepção de uma possível alta dos juros na próxima reunião do FOMC, que ocorre em setembro.

Por aqui, ocorreu a 192ª reunião do Copom. Em decisão unânime, o comitê decidiu elevar a taxa Selic em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano sem "viés". O comunicado pós reunião sugere que a autoridade monetária encerrou o ciclo de alta de juros. Apesar de a interpretação mais adequada do comunicado pareça ser que o ciclo de alta se encerrou, existe ainda alguma probabilidade de que a taxa Selic seja elevada na próxima reunião. Tal probabilidade é, sem dúvida, bastante menor do que a que existia até então.

Fechando o mês, o Banco Central divulgou que o déficit primário das contas públicas atingiu R\$ 45,7 bilhões nos últimos 12 meses terminados em junho. Considerando apenas o mês de junho, União, Estados e Municípios tiveram déficit de R\$ 9,3 bilhões, apurando o maior déficit já registrado em meses de junho desde o início da série histórica, em 2001. Em maio, o resultado negativo foi de R\$ 6,9 bilhões. Os números apresentados refletem o baixo desempenho da atividade econômica, além das dificuldades enfrentadas pelo governo na execução das medidas de recuperação de receitas.

Bolsa

Depois de fechar junho como o melhor investimento entre as aplicações de renda variável, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, encerrou o mês julho na "rabeira" do ranking, ao registrar queda de 4,17%, aos 50.864 pontos. No ano, o índice acumula alta de 1,71%.

O giro financeiro médio diário na Bovespa caiu ainda mais no mês, somando R\$ 5,7 bilhões, o pior resultado desde julho de 2011. O montante representa uma queda de 9,5% ante junho, e de 5% na comparação com o mesmo mês de 2014.

O mau desempenho foi reflexo do anúncio do "drástico" corte na meta fiscal, que sinaliza um aprofundamento da crise econômica no país e piora o ambiente de negócios para as empresas brasileiras listadas na bolsa.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a deterioração nos preços dos papéis nos vértices mais longos também foi motivada pela revisão da meta fiscal. Na curva a termo, os juros dispararam, em meio a um forte volume de contratos negociados.

A decisão do Comitê de Política Monetária do Bacen (COPOM) em elevar a taxa básica de juros em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano, não surpreendeu o mercado. O sinal dado pela autoridade monetária no comunicado pós reunião sugere que o ciclo de alta do juro tenha chegado ao fim.

Os papéis com vértices mais curtos, que dão lastro aos fundos referenciados DI, Renda Fixa e Multimercados Juros e Moedas, registraram os melhores rendimentos do mês dentre as aplicações de renda fixa mais conservadoras. Essas aplicações são beneficiadas pela alta da taxa de juros, pois os ativos de suas carteiras tendem a acompanhar o comportamento da SELIC, agora estabelecida em 14,25% ao ano. O contrato DI com vencimento para janeiro de 2017 encerrou o mês cotado a 13,43%, enquanto o vencimento para janeiro de 2021 fechou a 12,79%.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque negativo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. Enquanto a rentabilidade do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTN-B) registrou queda de -4,48% no mês, o retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB) caiu -5,59%.

Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou recuo -0,72%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,78%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, desvalorizou -1,80% no mês.

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,28%, enquanto a carteira com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou avanço de 1,21%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,51% no mês.

Com a SELIC em 14,25% ao ano, a poupança fica ainda menos atrativa em relação às outras aplicações. Isso ocorre porque, enquanto a poupança rende sempre 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando a Selic é superior a 8,5% ao ano, outras aplicações de renda fixa acompanham as altas da taxa.

Câmbio

Em pregão marcado pela volatilidade típica da última sessão do mês, em meio ao acirramento da disputa pelo fechamento da taxa Ptax, o dólar comercial subiu frente ao real e renovou a máxima no ano, fechando acima dos R\$ 3,40. A divulgação de dados fiscais mais fracos que o esperado contribuiu para aumentar a desconfiança com o cumprimento da já modesta meta de superávit primário para este ano, reforçando o temor com a perda do grau de investimento.

O dólar comercial subiu 1,57% para R\$ 3,4244, maior patamar desde 20 de março de 2003. Com isso, a moeda americana encerra o mês em alta de 10,16% e sobe 28,90% no ano.

O clima de aversão ao risco impulsionou a valorização da divisa. A moeda americana foi pressionada por preocupações com a situação política e fiscal do país, que se deteriorou no mês após o rompimento do Deputado Federal Eduardo Cunha com o governo, e o corte da meta fiscal anunciada pela equipe econômica.

A alta também foi sustentada pela leitura de que o Banco Central está confortável com a recente desvalorização do real, ao sinalizar a manutenção do ritmo de rolagem dos swaps cambiais que estão vencendo em setembro. O mercado entende que a autoridade monetária mostra a propensão de intervir menos no câmbio, aumentando as chances de manutenção da moeda neste patamar.

Perspectiva

O mês de agosto traz uma série de fatos que prometem mexer com os mercados ao longo das sessões diárias.

A presidente Dilma Rousseff terá um mês difícil e decisivo. O TCU (Tribunal de Contas da União) deve concluir o julgamento das contas de 2014 da gestão. O ministro Augusto Nardes, relator do parecer sobre as contas, apontou irregularidades como as "pedaladas fiscais", que seriam manobras para simular uma situação contábil melhor que a real. Tudo indica que o TCU recomendará a rejeição das contas ao congresso, a quem caberá a palavra final sobre o assunto. Nos bastidores, a presidente decidiu recorrer ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para tentar reverter a tendência desfavorável. Opositores querem fazer da eventual reprovação o pontapé inicial para o processo de impeachment da presidente.

No TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ações da oposição contra as contas da presidente na campanha eleitoral de 2014 também devem ser julgadas neste mês. O PSDB acusa a campanha petista de abuso de poder político e econômico por ter usado dinheiro proveniente de corrupção, o que tornaria a eleição da petista "ilegítima".

O Congresso pode ser outro obstáculo para a presidente. Após a volta do recesso de julho, senadores e deputados federais podem colocar em votação pautas que aumentam os gastos do governo e impor novas derrotas ao Executivo. Na pauta estão projetos que concretizam o chamado ajuste fiscal, como o que reduz as desonerações na folha de pagamento de empresas.

A Câmara sinaliza também com o engavetamento da regularização de recursos no exterior não declarados, a chamada repatriação de divisas, uma medida defendida pelo Executivo para elevar a arrecadação.

Além das medidas do pacote de ajuste fiscal, outras votações podem resultar em mais gastos. Como é o caso do projeto que amplia a correção do saldo do FGTS. Podem entrar na pauta as PEC's 300, que amplia o salário dos policiais militares em todo o país, e 443, que equipara os salários da AGU (Advocacia Geral da União) e de delegados da Polícia Civil aos do Poder Judiciário.

Além disso, movimentos contrários à presidente prometem realizar manifestações no país no dia 16.

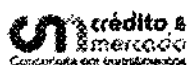
Não é só a presidente que enfrenta turbulências neste mês. A operação Lava Jato vem respingando em políticos como Eduardo Cunha e pode produzir novos efeitos em agosto. Cunha e o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) correm o risco de serem denunciados nas próximas semanas.

Esse conjunto de fatos sugere um posicionamento de cautela na condução dos investimentos para os próximos dias.

Neste contexto, recomendamos manter uma carteira posicionada para os vértices mais longos em no máximo 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral).

Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A.

© 2008 Pearson Education, Inc. All rights reserved. This publication is protected by copyright. Any unauthorized distribution or reproduction of this work may result in legal action against the individual(s) responsible.



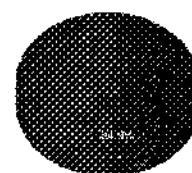
[Resumo](#)
[Carteira](#)
[Equivalências](#)
[Previsões](#)
[Indicadores](#)
[Relatório](#)
[Dados](#)
[Condições](#)
[Comparativo](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Distribuição dos Investimentos

2015 Julho

Total da Carteira: 61.250.545,34

Distribuição - Administradores			Distribuição - Sub-segmentos			Distribuição - Segmentos		
Administrador	Valor	%	Sub-segmento	Valor	%	Segmento	Valor	%
BB GESTÃO DE RECURSOS OTVM	8.204.404,70	13,54%	CONSUMO	745.360,49	1,22%	RENTA FIXA	59.150.595,69	96,94%
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	480.419,80	1,80%	CRÉDITO PRIVADO	2.271.340,90	3,72%	RENTA VARIÁVEL	3.039.949,65	5,06%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	51.075.300,84	84,66%	DIVIDENDOS	980.834,80	1,60%			
			IMA-B	10.342.585,94	16,89%			
			IMA-GERAL	15.706.029,08	25,64%			
			INFRA-ESTRUTURA	520.474,08	0,85%			
			SMALL CAP	852.174,48	1,39%			
			IPCA	2.906.302,41	4,74%			
			IRF-M 1	14.007.365,22	22,87%			
			IMA-B 5	2.666.086,72	4,35%			
			IMA-B 5+	2.069.053,93	3,38%			
			IDRA 2A	2.577.846,89	4,21%			



● RENDA FIXA ● RENDA VARIÁVEL

CONDOMÍNIO GERAL DO ARREBENTAMENTO E O CASO DO EMPRÉSTIMO

Versão Excel 2015 Salir


[Painel de Controle](#) | [Carteira](#) | [Enquadramentos](#) | [Portfólio de Renda Fixa](#) | [Indicadores](#) | [Relatórios](#) | [Glossário](#) | [Configurações](#) | [Comparativa](#) | [API](#) | [Ajuda](#)

Enquadramentos - Resolução 3922/10 e Política de Investimentos

2015 Julho

Total da Carteira 61.250.545,34

Enquadramento na Resolução 3.922/2010 - 4.392/2014			
Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	81,12%	100,00%	49.667.591,68
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	5,36%	80,00%	3.281.270,70
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	4,74%	30,00%	2.905.392,41
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	3,72%	5,00%	2.276.340,90
Total Renda Fixa	94,94%	100,00%	58.150.595,69
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 8º, Inciso III	5,06%	15,00%	3.099.949,65
Total Renda Variável	5,06%	30,00%	3.099.949,65

Enquadramento na Política de Investimentos				
Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	81,12%	85,00%	49.667.591,68	2.375.371,66
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	5,36%	20,00%	3.281.270,70	8.968.838,37
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	4,74%	30,00%	2.905.392,41	15.469.771,19
Artigo 7º, Inciso VI	0,00%	7,50%	0,00	4.593.790,90
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "a"	0,00%	2,50%	0,00	1.531.263,63
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	3,72%	5,00%	2.276.340,90	786.160,37
Total Renda Fixa	94,94%	100,00%	58.150.595,69	
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 8º, Inciso I	0,00%	5,00%	0,00	3.062.527,27
Artigo 8º, Inciso II	5,06%	15,00%	3.099.949,65	4.862.621,24
Artigo 8º, Inciso IV	0,00%	4,00%	0,00	2.450.021,51
Artigo 8º, Inciso V	0,00%	5,00%	0,00	1.637.515,36
Artigo 8º, Inciso VI	0,00%	3,00%	0,00	1.637.515,36
Total Renda Variável	5,06%	30,00%	3.099.949,65	



Plant species	Location	Geographical area	Number of individuals	Number of plants	Number of seeds	Number of fruits	Number of flowers	Number of fruits	Number of seeds	Number of fruits	Number of seeds
---------------	----------	-------------------	-----------------------	------------------	-----------------	------------------	-------------------	------------------	-----------------	------------------	-----------------

Comparații de Conținut

2011 July 10

Total da Carteira: **61.250.545,34**

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Qtde. Cotas	Particip. \$/ Total	Saldo	% S/ PL do Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922/2010 - 4.392/2014
BB (MA B S+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO)	D+2	Não há	318	1,60%	981.303,73	0,10%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL (MA B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP)	D+0	Não há	706	11,53%	7.061.315,24	0,10%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB (RF M+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO)	D+0	Não há	1.137	4,57%	2.364.493,67	0,04%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL (MA B S TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP)	D+0	Não há	672	4,75%	2.686.898,72	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB (IDA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO)	D+1	Não há	572	4,21%	2.577.040,58	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL (RF M+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA)	D+0	Não há	1.210	26,10%	16.022.870,95	0,20%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL (MA S+ PAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP)	D+0	Não há	371	25,64%	15.795.029,69	1,10%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL (MA B S+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP)	D+0	Não há	177	2,70%	1.087.045,29	0,30%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA NOVO BRASIL (MA B FI RENDA FIXA LP)	D+0	Não há	393	5,30%	3.281.270,70	0,12%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
BB TÍTULOS PÚBLICOS (PCA FI RENDA FIXA FI RENDENCIÁRIO)	D+0	15/09/2022	95	0,97%	590.347,94	0,15%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
CAIXA BRASIL 2030 (TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA)	D+0	10/09/2030	34	1,65%	1.154.552,55	0,60%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
BB TÍTULOS PÚBLICOS (PCA IV FI RENDA FIXA FI RENDENCIÁRIO)	D+0	15/09/2022	108	1,88%	1.154.322,47	0,25%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
CAIXA BRASIL (PCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO)	D+0	14/09/2016	23	5,14%	80.036,10	0,09%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
CAIXA BRASIL (PCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO)	D+0	25/04/2016	33	0,59%	363.581,50	0,40%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
CAIXA BRASIL (PCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO)	D+0	30/12/2015	19	2,98%	1.124.121,00	1,40%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
BRASIL 500 DIVIDENDOS FI AÇÕES	D+4	Não há	253	1,10%	989.309,80	0,24%	Artigo 8º, Inciso III
CAIXA VALOR SMALL CAP (BPS FI AÇÕES)	D+33	Não há	80	1,10%	850.174,48	0,50%	Artigo 8º, Inciso III
CAIXA FUNDOS FI AÇÕES	D+4	Não há	1.460	1,22%	745.660,69	4,32%	Artigo 8º, Inciso III
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	D+4	Não há	151	0,85%	520.574,68	3,64%	Artigo 8º, Inciso III



[Panoramas](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Instituições](#)
[Retornos](#)
[Cadprev](#)
[Credenciamentos](#)
[Comparativo](#)
[APR](#)
[Análise](#)

Distribuição dos Investimentos

2015

Julho

Total da Carteira: 61.250.545,3

Distribuição - Administradores

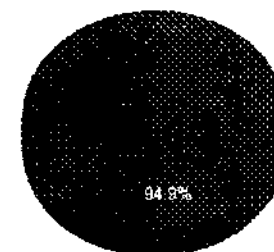
Administrador	Valor	%
BB GESTÃO DE RECURSOS OTVM	8.294.404,70	13,54%
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	980.839,80	1,60%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	51.975.305,84	84,86%

Distribuição - Sub-segmentos

Sub-segmento	Valor	%
CONSUMO	745.960,69	1,22%
CRÉDITO PRIVADO	2.276.340,90	3,72%
DIVIDENDOS	980.839,80	1,60%
IMA-B	10.342.585,94	16,89%
IMA-GERAL	15.705.029,68	25,64%
INFRA-ESTRUTURA	520.974,68	0,85%
SMALL CAP	852.174,48	1,39%
IPCA	2.905.382,41	4,74%
IRF-M 1	19.007.365,22	31,03%
IMA-B 5	2.666.986,72	4,35%
IMA-B 5+	2.669.053,93	4,36%
IDKA 2A	2.577.640,89	4,21%

Distribuição - Segmentos

Segmento	Valor	%
RENTA FIXA	58.150.595,69	94,94%
RENTA VARIÁVEL	3.099.949,65	5,05%



■ RENTA FIXA
 ■ RENTA VARIÁVEL

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRÁ

 Versão Excel 2015 ... **Sair**

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRÁ

Versão Excel 2015

Sair



Panoramas

Carteira

Enquadramentos

Rentabilidade

Insidências

Retornos

Cardprev

Credenciamentos

Comparativo

APR

Análises

Resultado das aplicações financeiras após as movimentações

Informações por períodos

2015

☒ Acumulado no ano

☐ 1º Trimestre

☐ 1º Semestre

☐ 2º Trimestre

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Meta Atuarial (%)	% Atingimento
Janeiro	54.164.940,97	2.364.591,96	1.558.734,33	55.789.529,17	818.730,57	1,49%	1,73%	85,95%
Fevereiro	55.789.529,17	2.256.044,51	1.659.824,68	56.852.312,91	466.563,91	0,83%	1,64%	50,39%
Março	56.852.312,91	2.124.707,62	1.421.858,00	57.697.992,32	142.829,79	0,25%	1,84%	13,51%
Abril	57.697.992,32	1.502.098,20	1.482.924,68	58.688.328,18	971.162,34	1,68%	1,18%	142,98%
Maior	58.688.328,18	1.586.688,73	1.467.748,83	59.646.142,40	838.874,32	1,43%	1,21%	118,19%
Junho	59.646.142,40	2.938.600,49	1.859.747,65	60.909.790,69	194.595,45	0,32%	1,28%	25,03%
Julho	60.909.790,69	1.843.706,39	1.790.841,82	61.250.545,34	287.890,08	0,47%	1,16%	40,83%
Agosto	61.250.545,34	23.140.449,82	23.305.928,80	60.391.608,91	-853.457,45	-1,13%	0,71%	159,95%
Acumulado		37.757.087,72	34.557.608,79		3.027.189,01	5,43%	11,25%	48,25%

FUNDO MULTIMARKET DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAIPRA

Versão Excel 2015 Sair

Retornos - Mês / Ano

2015 Julho

Ativos	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	7.122.606,43	0,00	0,00	7.061.315,24	-61.291,19	-0,86%	-0,86%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	17.381.353,31	0,00	1.764.294,54	15.705.029,68	87.970,91	0,51%	0,53%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	3.316.274,54	0,00	0,00	3.281.270,70	-35.003,84	-1,06%	-1,06%
CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.801.341,00	0,00	0,00	1.824.121,00	22.780,00	1,26%	1,26%
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	359.112,80	0,00	0,00	363.583,90	4.471,00	1,25%	1,25%
CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	87.611,60	0,00	0,00	88.636,10	1.024,50	1,17%	1,17%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	831.609,83	0,00	0,00	852.174,48	20.564,65	2,47%	2,47%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2.620.857,29	0,00	0,00	2.666.986,72	46.129,43	1,76%	1,76%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.000.391,32	0,00	0,00	961.368,73	-19.022,59	-1,90%	-1,90%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.720.332,01	0,00	0,00	1.687.685,20	-32.646,81	-1,90%	-1,90%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.533.786,66	0,00	0,00	2.577.840,69	44.054,23	1,74%	1,74%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	14.193.177,71	1.672.966,48	26.547,28	16.022.870,55	183.253,64	1,15%	1,26%
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	1.004.340,52	0,00	0,00	980.839,80	-23.500,72	-2,34%	-2,34%
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	538.800,48	0,00	0,00	520.974,68	-17.825,80	-3,31%	-3,31%

UNGO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÃO DE ITAPIRANGA	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (Renda)	Verba	Saldo Anterior	Retorno (Renda)
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	745.264,63	0,00	0,00	745.960,69	896,06	0,09%	0,09%	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	593.625,94	0,00	0,00	596.347,94	2.722,00	0,46%	0,46%	
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.140.712,00	0,00	0,00	1.154.692,00	13.980,00	1,23%	1,23%	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.140.127,85	0,00	0,00	1.154.352,47	14.224,62	1,25%	1,25%	
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.778.464,77	170.719,91	0,00	2.949.184,68	25.309,99	1,20%	1,25%	

CREDENCIAMENTO
BANCO BRADESCO S.A. (GESTOR/ADMINISTRADOR)

I - DADOS

Razão Social: BANCO BRADESCO S.A. CNPJ: 60.746.948/0001-12
 Endereço: CIDADE DE DEUS, S/N - CEP: 06 029-900
 Bairro: VILA YARA Cidade: OSASCO Estado: SP

Contato (s)
 Nome: JEFFERSON JORGE GARCIA Telefone: (11) 2178-6540
 E-mail: 4898.jefferson@bradesco.com.br

Nome: FERNANDO PROVIDELLI DOS SANTOS Telefone:
 E-mail: 1121786540

Rating de Gestão de Qualidade - SIM
 Emissor: MOODYS Classificação: MQ1

Patrimônio sob Gestão
 Nacional 1.431.000.000.000,00 Global: 1.431.000.000.000,00 RPPS: 5.300.000.000,00

II – ASPECTOS LEGAIS

Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 10/3/2015. Entidade autorizada a exercer a atividade de ATIVIDADE DE ADMINISTRADOR/DISTRIBUIDOR conforme ATO DECLARATORIO de nº 8948 expedido em 1/9/2006 pelo (a) CVM.

Em exigência ao Artigo 3º, Inciso IX, Parágrafo 1, Alínea “c” da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 170/12 e 440/13, o(a) **BANCO BRADESCO S.A.** apresenta os seguintes documentos comprobatórios com os respectivos vencimentos:

- Atestado de Regularidade Previdenciária – Vencimento: 6/10/2015;
- Atestado de Regularidade Fiscal:
 - Municipal: Vencimento: 31/10/2015;
 - Estadual: Vencimento: 30/9/2015;
 - Federal: Vencimento: 6/10/2015.

III – PONTUAÇÃO TÉCNICA

Observando o disposto no Artigo 3º Inciso IX, Parágrafo 2 da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 170/12 e 440/13, e considerando os quesitos de análise estabelecidos pelo procedimento de seleção de entidades autorizadas e credenciadas do RPPS, o(a) **BANCO BRADESCO S.A.** apresenta a seguinte pontuação.

Rating de Gestão de Qualidade	50,00%
Volumes de Recursos Administrados	10,00%
Tempo de Atuação de Mercado	8,00%
Avaliação de Aderência dos Fundos ¹	27,00%
(-) Critérios de Penalidade ²	0,00%
Pontuação Quesitos Técnicos	95,00%
Índice de Gestão de Qualidade	RP1

IGQ-RP1:

Limite de Alocação: Da Resolução 3.922/10 e da Política de Investimento.

Descrição: As instituições administradoras e gestoras classificadas neste nível apresentam histórico consistente de risco e retorno. São consideradas instituições com elevada credibilidade, tradição em gestão e sólida estrutura organizacional. Contam com eficazes e seguros processos de investimento e de análise de risco, equipes com formação profissional altamente qualificada, elevada experiência e baixa rotatividade. Apresentam, ainda, ambiente de controle interno seguro, capaz de garantir total disponibilidade, integridade, tempestividade e rastreabilidade das informações. No geral, as instituições classificadas neste nível são capazes de assegurar o cumprimento do dever fiduciário em sua plenitude.

¹ Descritivo do Cálculo no Anexo I

² Justificativa: Sem justificativa.

IV – HISTÓRICO DE CREDENCIAMENTOS

Data Cadastro	Data Aprovação
27/8/2015	21/8/2015

ANEXO I

Atestamos, por este documento, que os dados referentes aos últimos 24 meses, tomando-se como referência 31/07/2015.

FD	CNPJ	FUNDO
1	08.246.318/0001-69	BRANDESCO INSTITUCIONAL IMA GERAL FIC RENDA FIXA
2	08.702.798/0001-25	BRANDESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA
3	13.400.077/0001-09	BRANDESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5+ FIC RENDA FIXA
4	11.492.176/0001-24	BRANDESCO IRF-M 1 FIC RENDA FIXA
5	10.986.880/0001-70	BRANDESCO INSTITUCIONAL IMA-B TITULOS PUBLICOS FIC RENDA FIXA
6	13.484.558/0001-06	BRANDESCO IRF-M 1 TITULOS PUBLICOS FIC RENDA FIXA
7	08.246.263/0001-97	BRANDESCO MAXI PODER PUBLICO FIC RENDA FIXA
8	03.999.411/0001-90	BRANDESCO PREMIUM FIC REFERENCIADO DI
9	03.256.793/0001-00	BRANDESCO FEDERAL EXTRA FIC REFERENCIADO DI
10	02.187.570/0001-83	BRANDESCO PODER PUBLICO FIC REFERENCIADO DI

FD	Benchmark	Var Bench	Bench %	Var Fundo	Fundo %	Aderência
1	IMA GERAL	20,390	2,034	19,754	1,981	Sim
2	IMA-B	18,705	3,857	18,603	3,838	Sim
3	IMA-B 5+	15,484	5,472	14,532	5,522	Sim
4	IRF-M 1	22,510	0,200	21,986	0,183	Sim
5	IMA-B	18,705	3,844	17,705	3,838	Sim
6	IRF-M 1	22,510	0,191	21,956	0,181	Sim
7	CDI	23,206	0,041	22,626	0,038	Sim
8	SELIC	23,396	0,040	23,624	0,037	Sim
9	SELIC	23,396	0,038	22,877	0,037	Sim
10	SELIC	23,396	0,038	21,020	0,037	Não